

A devoção popular em benefício do político (anos de 1930)

MARTA ROSA BORIN*¹

Neste artigo, como um recorte da nossa tese de doutorado, abordaremos alguns resultados da manipulação da devoção mariana no Rio Grande do Sul e, a partir desta, suas relações com um projeto nacional de Igreja. Neste caso, o título da invocação popular mariana emergiu do meio eclesial, tornando-se um capital simbólico tanto para a Igreja quanto para o Estado.

A partir dos episódios de 1930, a devoção mariana a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças passou a fazer parte do cotidiano das famílias devotas de Santa Maria, uma importante cidade sul-rio-grandense, entroncamento ferroviário que ligava o Estado gaúcho a países da região Platina. A cidade era sede da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS) e possuía uma significativa população operária.

Como havia possibilidade da cidade ser atacada pelos revoltosos por ocasião da revolução de 1930, um jesuíta devoto de Nossa Senhora Medianeira, Inácio Valle, passou a invocá-la pedindo pela proteção da cidade. Reuniam-se para orar com ele os seminaristas e algumas pessoas que foram se afeiçoando a devoção. Como a cidade não foi atacada atribuíram a proteção à Virgem Medianeira. Mas, este título da invocação mariana, até então desconhecido da população local, não possuía uma representação, um símbolo visível, o qual surgiu, no ano seguinte, a partir de três gravuras que o Pe. Valle havia ganhado do cardeal Mercier, da Bélgica. Foi, então criado um quadro com a imagem da Virgem Medianeira.

O prodígio de Nossa Senhora em relação à proteção da cidade foi notícia do jornal local, à época. Logo, o jesuíta e a população local começam a organizar as romarias em honra a ela e aventar a necessidade da construção de um Santuário, pois o clero previa a afluência de muitos devotos e começou a trabalhar em prol da difusão dessa invocação mariana.

As iniciativas da diocese de Santa Maria com o apoio do Arcebispo de Porto Alegre, Dom João Becker, foi sendo projetada em nível estadual e nacional, com o firme propósito, não somente de torná-la reconhecida como Padroeira do Estado do Rio

¹ * Doutora em História pela UNISINOS/ RS. Professora substituta do Curso de Relações Internacionais, UFSM/ RS.

Grande do Sul, como também Padroeira dos operários, pois, para o clero católico a afluência das idéias comunistas poderia desviar os trabalhadores brasileiros dos princípios cristãos.

Entendemos que essas iniciativas estavam ligadas a um projeto maior, o de legar uma identidade católica à nação brasileira e da qual a cidade de Santa Maria era um microcosmo.

Na edição, de agosto de 1931,² da revista *Unitas*, por exemplo, Dom João Becker, afirma várias vezes, que Nossa Senhora Medianeira serviu como modelo, como símbolo de aprovação ou aceitação, por parte do governo brasileiro, das ações da Igreja junto aos operários e que a Igreja confiou a ela o controle da movimentação comunista entre os operários no Rio Grande do Sul. O reconhecimento da dita devoção, pelo arcebispado, reafirmava o prodígio ocorrido no interior do Estado – Santa Maria - durante a Revolução de 1930.

Se Getúlio Vargas era visto por Dom João Becker como o homem capaz de “guiar, não só o Rio Grande do Sul, mas todo o Brasil, no caminho da fidelidade ao passado católico do país”, como afirma Isaia (1998: 80-85), e se Dom João Becker via a Revolução de 1930 “como o ponto de partida para o resgate da própria identidade brasileira, através do reforço da catolicidade vilipendiada pela República”, Nossa Senhora Medianeira poderia tornar-se a padroeira deste projeto.

Em artigo publicado na *Revista Unitas*³, pudemos observar alguns acontecimentos significativos que dão guarida à estratégia política, onde Estado e Igreja entram em acordo para referendar a idéia de que a nação brasileira continuava sendo predominantemente católica, em contraposição a política de laicização do Estado.

A noção de estratégia, usada a partir de Bourdieu,⁴ confere à Igreja o desenvolvimento de uma linha objetiva orientada para obedecer regularidades e formar configurações compensadoras devido às condições sociais externas a elas incorporadas, nesse caso, pela Igreja e pelo Estado. O clero, como agente social, era “arrancado do estado de indiferença” e estimulado pelo governo e pelo contexto social.

² “Actos da Santa Sé”. In: *UNITAS, Revista da Província Eclesiástica de Porto Alegre*, ano XVIII, n. 7 e 8, jul. - ago., 1931, p. 317 - 374, ACMPA, Porto Alegre.

³ “Discurso Oficial proferido por D. João Becker, Arcebispo de Porto Alegre, na inauguração do monumento a Cristo Redentor, a 12 de Outubro de 1931”. In: *UNITAS, Revista Eclesiástica de Porto Alegre*, n. 11 e 12, ano XVIII, nov.- dez. 1931, p. 620-630, ACMPA, Porto Alegre.

⁴ Cf. BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

Em artigo de Dom João Becker, ele registrou que, no ano de 1931, além de Nossa Senhora Aparecida ter sido proclamada oficialmente padroeira do Brasil, fato que aconteceu em maio, foi inaugurada, por iniciativa de Dom Sebastião Leme, então Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, a estátua do Cristo Redentor. O discurso oficial de inauguração foi proferido pelo arcebispo metropolitano de Porto Alegre a convite de D. Sebastião Leme⁵ que concedeu a Dom João Becker uma oportunidade de representar o Estado na cerimônia, uma vez que a padroeira do Brasil havia ficado com o Estado de São Paulo e o governo brasileiro havia sido conquistado pelo gaúcho Getúlio Vargas. Este, simpatizante de Dom João Becker, por seu turno, apoiava as iniciativas do jesuíta Inácio Valle com relação à devoção a Nossa Senhora Medianeira.

A situação festiva era conveniente tanto para a Igreja quanto para o governante que “vivía o período de adaptação e incerteza no governo”.⁶

No discurso oficial Dom João Becker⁷ enalteceu o prodígio: “levanta-se este grandioso monumento em sinal de que Cristo deverá ser o Redentor da nação, mormente na época difícil que estamos atravessando”. Dom João Becker, após destacar o significado do monumento, centrou seu discurso na necessidade das “leis divinas regerem as instituições sociais e políticas do povo brasileiro”, pois, o perigo no momento estava “nas conseqüências funestas do laicismo, que procura infiltrar suas idéias dissolventes e anárquicas em todos os departamentos da vida humana”. Advertiu que o povo brasileiro e o Estado, para falarem de “patriotismo, de desprendimento cívico e colaboração humana” deveriam estar balizados na moral cristã, pois “é Cristo que ilumina o indivíduo e o Estado”.

Para a Igreja católica, o Estado, pós-revolução de 30, precisava observar os princípios cristãos e retomar sua unidade com a Igreja. O Estado laico prescindia da presença de Deus e o monumento ao Cristo Redentor era uma forma de externar essas relações entre Igreja e Estado, já que a Igreja estava interessada em legitimar a identidade católica da nação, uma vez separada do Estado.

⁵ Em 1930, o Papa Pio XI declarou Nossa Senhora Aparecida a Padroeira do Brasil e em 31 de maio de 1931 o Cardeal D. Sebastião Leme oficializou a proclamação no Rio de Janeiro.

⁶ Cf. FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 42.

⁷ “O Cristo Redentor: discurso oficial, alocução, saudações, mensagens e apreciações: Introdução”. In: *UNITAS, Revista Eclesiástica de Porto Alegre*, ano XVIII, n. 11 e 12, nov. - dez., 1931, p. 618 a 620, ACMPA, Porto Alegre.

Antes de proclamar “Cristo, o protetor da nação”, Dom João Becker⁸ fez uma crítica aos ateus e o materialismo, “incapaz de contentar a inteligência humana, pois o homem sem religião e inimigo de Deus torna-se escravo das próprias paixões, vê-se oprimido pelo peso da matéria que ele deificou”. Fez um alerta à nação brasileira e procurou convencer os incrédulos de que o Brasil deveria honrar a Cristo não como um mito, mas como filho de Deus.

Esse discurso refletia a Encíclica de Pio XI, *Divini redemptoris*, na qual o Papa condenava o materialismo marxista como doutrina que não tem lugar para a idéia de Deus. O monumento era uma forma de externar para o mundo que o Brasil também fora consagrado ao Medianeiro, ao Cristo, o Redentor da nação. Naquela ocasião, Dom João Becker conclamava o Brasil a ser modelo de catolicidade para outras nações dominadas pelo agnosticismo.⁹

O arcebispo de Porto Alegre alertava a população sobre àqueles países que “convulsionados por torturantes males”, ou seja, pelo comunismo, ficariam “reduzidos a escombros” e o Brasil, por ser uma nação católica, seria o vigilante da democracia, o “atalaia dos povos”, o receptor de várias etnias.

Para encerrar o discurso, Dom João Becker fez uma prece na qual pediu paz, união, prosperidade e ordem. Clamou que Cristo incluísse em “nosso amado povo o amor à disciplina social e à obediência aos legítimos superiores”¹⁰ tornando público seu apoio ao governo Vargas.

O apoio à devoção a Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil e a inauguração do Cristo Redentor, segundo Bruneau (1974: 80), foi uma ação política de Vargas que, diplomaticamente, sabia que não deveria ir contra a devoção popular devido ao grande número de devotos: “Vargas era agnóstico confesso, sem nenhum interesse na religião, como eram todos os que faziam parte de seu *entourage* imediato. Era, entretanto, grande amigo pessoal de Dom Leme”.

Assim, o monumento ao Cristo Redentor, “como guardião da paz, da ordem e da prosperidade da pátria brasileira”¹¹ e a aclamação de Nossa Senhora Aparecida como a

⁸ “O Cristo Redentor: discurso oficial, alocução, saudações, mensagens e apreciações: Introdução”. In: *UNITAS*, op.cit.. 1931, p. 618 a 620.

⁹ Ibidem. Idem.

¹⁰ Ibidem. Idem.

¹¹ Ibidem. Idem

padroeira do Brasil são indícios de uma tentativa de legitimação do projeto de nação católica por parte da Igreja católica brasileira, a princípio para, segundo o jesuíta padre Valle, “salvar da ruína a massa proletária”.¹²

O campo religioso católico de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul viriam a contribuir com a política varguista que nos anos 30 estava alarmada com as “ameaças vermelhas”, com os boatos de “conspiração reacionária” e com possíveis “ataques comunistas”.¹³

Quanto a Nossa Senhora Aparecida, é sabido que sua imagem foi encontrada no Rio Paraíba, em 1717, por um grupo de pescadores que, nas suas redes, recolheram a cabeça de uma imagem de Nossa Senhora da Conceição e, logo em seguida, o restante do corpo apareceu nas malhas de outra rede. Sobre esse acontecimento, Santos (2000: 37 e 80),¹⁴ infere que “a descoberta da imagem nas águas do Paraíba reforçou o mito de uma devoção original, fundada a partir da ação de homens do povo; a devoção originase por iniciativa exclusivamente popular, sem concurso de autoridade eclesiástica”. Lourival Santos afirma que “quando Aparecida é coroada como padroeira do Brasil (1904), a Igreja supera o Estado e estrategicamente aproxima-se de seu rebanho agraciando o povo com a aprovação à devoção a imagem”.

Lembramos que isso ocorreu em São Paulo, onde, segundo o autor: “as autoridades eclesiásticas não estavam criando uma devoção popular, mas reconhecendo uma prática popular que cresceu nos dois séculos anteriores“. Diferente do Rio Grande do Sul, onde um sacerdote, através da imagem de Nossa Senhora Medianeira, construiu uma tradição em Santa Maria. Posteriormente, com o apoio do Arcebispo Dom João Becker e do Bispo de Santa Maria, Dom Antônio Reis, o Pe. Valle se empenhou em tornar Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças padroeira dos Círculos Operários do Brasil e padroeira do Estado do Rio Grande do Sul.

A devoção a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças assumiria outra função, além da religiosa, a qual seria política. Tal função foi nitidamente apoiada pelo Estado, no intuito de “manipular”, parafraseando Hobsbawm e Ranger (1997: 315), as

¹² Cf. Pe. VALLE, História da devoção a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças. In: **Copa em Revista**, 27 nov. 1954, [s.p.], APPJA, Porto Alegre.

¹³ Cf. FAUSTO, op.cit., 2006, p. 58.

¹⁴ Cf. SANTOS, Lourival. **Igreja, nacionalismo e devoção popular**: as estampas de Nossa Senhora Aparecida, 1850-1978. São Paulo, 2000. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2000.

decisões da classe operária que o Estado considerava perigosamente atraída e manipulada pelas idéias do comunismo.

A idéia de manipulação nos leva a crer que o Estado estaria se apropriando da ação da Igreja contra o comunismo, valendo-se, no caso dos Círculos Operários e da confiança que a Igreja creditava à devoção mariana.

O fato da devoção a Nossa Senhora, invocada como Medianeira, em Santa Maria ter surgido por iniciativa de um sacerdote, que dirigia um grupo de seminaristas, facilitou a credibilidade imediata na Igreja por parte do povo. Ela seria uma devoção que, a partir do Rio Grande do Sul, apareceria como *mediadora* entre os anseios dos operários e a classe dirigente.

A devoção religiosa, que também serviu a interesses políticos, foi conduzida por sacerdotes fiéis tanto ao Projeto de Restauração Católica quanto às prerrogativas do Estado. O referido projeto nacional de Igreja foi identificado no episcopado de Dom João Becker pela sua preocupação em marcar a presença da Igreja em todas as esferas da vida nacional (ISAIA, 1998: 48).

A devoção a Nossa Senhora Medianeira veio, ainda, reforçar o projeto da Igreja submetida à autoridade de Roma. Era a Igreja reformada que colocava sob controle da hierarquia as devoções populares.

A Igreja pretendeu, também, que a difusão da devoção a Nossa Senhora invocada como Medianeira, desde seu início, ultrapassasse as fronteiras do Estado. Para dar ênfase à divulgação dessa devoção, o cronista do Livro Tombo do Seminário São José relatou que, na romaria de 1931: “eram muitos os romeiros, e tinham que ficar do lado de fora da capela nos corredores e jardins. Agora não se pode dizer que não há mais quem nesta cidade, não saiba da existência do quadro da Medianeira na capela do Seminário”.¹⁵ O cronista registrava o esforço da diocese em fazer da festa em honra a Nossa Senhora Medianeira a mais importante solenidade religiosa, não só do Estado, mas do Brasil, pois a festa de Nossa Senhora Medianeira deveria ter importância igual ou maior que a festa da padroeira do Brasil, pois a Igreja do Rio Grande do Sul estava no rol dos Estados brasileiros empenhados com a identidade católica da nação.¹⁶

Nos anos de 1930, os discursos apresentavam São Paulo como sendo o estado

¹⁵ Livro Tombo, Seminário São José, Santa Maria, 1928-1936, p. 18-22, ASSJ, Santa Maria.

¹⁶ *Ibidem*. *Idem*

mais culto, civilizado e moderno do Brasil, enquanto que as forças de Vargas, gaúcho, eram consideradas incivilizadas, inferiores. A pretendida superioridade paulista se dava devido às questões econômicas, ao crescimento do Estado, sendo que o discurso, racista e preconceituoso com relação aos outros Estados afirmava sempre a inferioridade e a brutalidade dos brasileiros de outras regiões, inclusive apresentando a Revolução Constitucionalista de 1932¹⁷ como uma luta entre duas idéias diferentes de civilização, ou melhor, entre civilização e barbarismo.

O “estado próspero”, no entanto, não hesitou em superar tal preconceito para, em 1931, abrigar a imagem negra de Nossa Senhora da Conceição Aparecida e, ouvindo o clamor do povo, torná-la a Padroeira do Brasil católico.

Nas décadas de 1920 e 1930, a questão da identidade brasileira foi sendo discutida e reelaborada. É uma época de “aproximações entre as elites e o povo depois de longo período de freqüentes expressões de desprezo por negros e mestiços entre os intelectuais”. Muitos intelectuais se empenharam para reconhecer o Brasil como um país de cultura plural, destacando como de fundamental importância as contribuições de negros e mestiços, além de brancos e índios¹⁸.

Do ponto de vista religioso, o uso de um símbolo católico feminino, como a Virgem Maria, para representar civicamente a República, “poderia soar como profanação”. Mesmo que a Igreja tenha sido separada do Estado com a implantação da República no Brasil, o resultado foi a derrota cívica perante a religião, pois o maior símbolo católico feminino, a Virgem Maria, tornou-se a padroeira do Brasil, a representante da nação: mulher, virgem, santa e negra (CARVALHO, 1990: 93).

No estudo de Weinstein (2001), encontramos a argumentação da superioridade paulista respaldada, também, na religiosidade popular, pois, segundo a autora, em 1932 “a imagem de Aparecida estava mais a serviço da causa paulista”, sendo apropriada pela elite dirigente de São Paulo. A origem da imagem em terras paulistas reforçava os argumentos dos constitucionalistas da supremacia do Estado mais rico da nação, a “locomotiva” do Brasil, já que também era a terra da Padroeira. Logo, a pequena cidade de Aparecida, é inaugurada como capital religiosa do Brasil.

¹⁷ BEZERRA, Holien Gonçalves. **O jogo do poder**. Revolução Paulista de 32. São Paulo: Moderna, 1988.

¹⁸ WEFFORT, Francisco. **Formação do pensamento político brasileiro**: idéias e personagens. São Paulo: Ática, 2006, p. 275-279.

O culto a Aparecida, nesse contexto, foi retomado pela Igreja com o intuito de formar, no Vale do Paraíba, um pólo turístico-religioso, já que tal devoção, nos séculos anteriores, havia dado frutos, desde que os padres redentoristas se incumbiram, a partir de 1895, da direção espiritual dos devotos daquela localidade (AZZI, 1977: 37-38). A imagem que pertencia ao povo humilde de Itaguaçu foi contemplada com a construção de um Santuário no alto do morro dos Coqueiros. Posteriormente, construíram um novo e mais amplo Santuário, pois “as rendas vultosas desses centros de romaria podiam ajudar a manutenção das pessoas e obras das instituições eclesíásticas” (AZZI, 1994: 100).

Em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, o projeto da Igreja católica se assemelhava ao da Igreja da cidade de Aparecida, quando o padre Valle motivava as pessoas devotas a participarem das romarias em honra a Nossa Senhora Medianeira, fossem elas procedentes desse município ou de outras localidades e, quando o Bispo Dom Antônio Reis providenciou a construção de um Santuário para os devotos de Nossa Senhora Medianeira, fato que colaborou para o desenvolvimento turístico-religioso no município.

Outra observação que podemos fazer com relação as duas devoções é que, muito embora “a primazia da iniciativa popular seja característica do culto à Aparecida”, segundo Santos (2000), esta não contrasta com a devoção pretendida a Medianeira, pois esta também surgiu da devoção popular, conseqüência do fato de a população confiar a Nossa Senhora à cidade por ocasião da Revolução de 1930.

Todavia, tal devoção esteve sempre sob o controle da hierarquia da diocese de Santa Maria e tinha um objetivo maior: legitimar o catolicismo como religião predominante na cidade e no Estado, conquistar e cristianizar a classe operária do Brasil e combater as idéias comunistas, principalmente entre os operários. Estes é que dariam o cunho popular à devoção pois, quando a piedade popular, no caso da devoção a Medianeira, ficava sob a tutela da Igreja, não era mais julgada como “excessivamente sentimental, ignorante e mágica”, (BRANDÃO, GONZÁLEZ e IRAARRÁZAVEL, 1992: 47), mas necessária para afastar o povo devoto das ideologias contrárias ao catolicismo.

Entendemos que a Igreja católica santa-mariense estava preocupada com a fé

também enquanto expressão da nacionalidade¹⁹. O surto do nacionalismo dos anos 20 é acompanhado pelos prelados da Igreja que, com a tutela das devoções populares, Aparecida e Medianeira, uniam-se às prerrogativas do Estado. Isso fica claro com relação à devoção a Nossa Senhora Medianeira, quando os episcopos vão colocá-la, também, a serviço do Estado em nível nacional no combate ao comunismo.

A devoção a Padroeira dos Círculos Operários Católicos do Rio Grande do Sul – Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças - somada à devoção a Nossa Senhora Aparecida e ao Cristo Redentor completava a idéia de que a Igreja fora consolidando seu prestígio diante do povo e das autoridades civis. Podemos dizer, então, que a Igreja havia reconquistado a nação, a qual pretendia tornar verdadeiramente católica uma vez que “a verdadeira identidade nacional estaria indissoluvelmente ligada à Igreja católica” (ISAIA, 1998: 213) já que essa identidade seria coroada não somente pela Padroeira do Brasil, mas também pela Padroeira dos operários e do Estado do Rio Grande do Sul - Nossa Senhora Medianeira.

O catolicismo de Santa Maria inseria-se ao projeto nacional de Restauração Católica (é uma das faces desse projeto), dos quais Nossa Senhora Aparecida e o Cristo Redentor são as outras faces.

O padre Valle ao estimular a religiosidade popular abriu *portas* à Igreja católica, com ela combateu seus opositores agnósticos. Com a festa em honra a Nossa Senhora Medianeira, a Igreja ganhava, para si, um diversificado público consumidor do capital simbólico, o qual ela vinha acumulando, após o episódio de 1930. A relação que existia entre a *produção* deste bem de salvação, a devoção, e a procura foi resultado da lógica da demanda, pois a devoção mariana ia ao encontro das necessidades dos consumidores: populares, operários, subalternos, políticos e devotos de distintas classes sociais.

As festas das Padroeiras – Medianeira e Aparecida - ao acumular bens simbólicos, constituiu-se num bem suscetível de acumulação, em torno do qual se construiu o mercado do campo religioso católico, pois havia demanda para a fé. E, quanto mais as devoções cresciam, maior se tornava a autonomia do campo religioso, o qual foi ampliando o espaço de jogo, como, por exemplo, agindo junto aos operários, no setor educacional, vocacional e turístico.

¹⁹ ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

Referências Bibliográficas:

- ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.
- AZZI, Riolando. O episcopado do Brasil frente ao catolicismo popular. Petrópolis: Vozes, 1977.
- **A neocristandade: um projeto restaurador**. São Paulo: Paulus, 1994. (História do Pensamento Católico no Brasil, v. 5).
- BEZERRA, Holien Gonçalves. **O jogo do poder**. Revolução Paulista de 32. São Paulo: Moderna, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os deuses do povo: um estudo sobre a religião popular**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BRUNEAU, Thomas. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974. Tradução de Margarida Oliva.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FUASTO, **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- HOBBSBAWM & RANGER, Tenece. **A invenção das Tradições**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. Tradução de Celina Cardim Cavalcanti.
- ISAIA, Artur César. **Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.
- WEFFORT, Francisco. **Formação do pensamento político brasileiro: idéias e personagens**. São Paulo: Ática, 2006.

Referências documentais

- “Actos da Santa Sé”. In: **UNITAS, Revista da Província Eclesiástica de Porto Alegre**, ano XVIII, n. 7 e 8, jul. - ago., 1931, p. 317 - 374, ACMPA, Porto Alegre.
- “Discurso Oficial proferido por D. João Becker, Arcebispo de Porto Alegre, na inauguração do monumento a Cristo Redentor, a 12 de Outubro de 1931”. In: **UNITAS, Revista Eclesiástica de Porto Alegre**, n. 11 e 12, ano XVIII, nov.- dez. 1931, p. 620-630, ACMPA, Porto Alegre.
- “O Cristo Redentor: discurso oficial, alocução, saudações, mensagens e apreciações: Introdução”. In: **UNITAS, Revista Eclesiástica de Porto Alegre**, ano XVIII, n. 11 e 12, nov. - dez., 1931, p. 618 a 620, ACMPA, Porto Alegre.
- Livro Tombo**, Seminário São José, Santa Maria, 1928-1936, p. 18, ASSJ, Santa Maria.
- VALLE, Inácio Rafael. História da devoção a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças. In: **Copa em Revista**, 27 nov. 1954, [s.p.], APPJA, Porto Alegre.
- WEINSTEIN, Barbara. **Raça, religião e nacionalismo no século XX no Brasil: uma visão de São Paulo**. In: GT DE HISTÓRIA CULTURAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE

PESQUISA HISTÓRICA, 2001, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001. (Conferência. Texto xerocado).

Dissertação

SANTOS, Lourival. **Igreja, nacionalismo e devoção popular**: as estampas de Nossa Senhora Aparecida, 1850-1978. São Paulo, 2000. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2000.